

ENTREVISTA COM A PROFESSORA DOUTORA MIROSLAVA CRUZ-ALDRETE

Luciana Lopes Coelho¹

Resumo: Esta entrevista foi realizada em 16 de janeiro de 2022, durante uma estância de pós-doutorado realizada sob supervisão da doutora Miroslava Cruz-Aldrete na Universidade Autônoma do Estado de Morelos. A entrevistadora pertence ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Inclusão (GEPEI) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Indígena, Interculturalidade e Inclusão (GEPEEIN), ambos da Universidade Federal da Grande Dourados. A entrevistada é professora investigadora de tempo completo na Universidade Autônoma do Estado de Morelos, vinculada ao Centro Interdisciplinar de Investigação em Humanidades (CIIHu). Essa conversa abordou temas como as línguas de sinais na América latina, políticas linguísticas e educativas no México, diversidade cultural e linguística no México e Brasil, além de trazer informações sobre estudos e pesquisas desenvolvidas no México sobre as línguas de sinais indígenas.

Palavras-chave: Línguas de sinais. Pessoas surdas. Comunidades indígenas.

No dia 16 de janeiro do ano de 2022 a professora doutora Miroslava Cruz-Aldrete, professora investigadora de tempo completo na Universidade Autônoma do Estado de Morelos, nos concedeu o que foi sua primeira entrevista após completar cinquenta anos de idade e com eles muitos anos de experiência, trabalho e investigações sobre a Língua de Sinais Mexicana (LSM) e sobre a educação de pessoas surdas. Iniciamos este texto relatando como se deu a formação da professora e o início de sua trajetória na educação de pessoas surdas.

Miroslava é licenciada em Educação Especial na área de audição e linguagem e egressa da Escola Normal de Especialização (1993), formada nesses cursos para ser professora de alunos surdos. Fez um diplomado em neuropsicologia infantil na Benemérita Universidade Autônoma de Puebla e pela Faculdade de Estudos Superior de Zaragoza (UNAM). Desde sua formação seu interesse era trabalhar na área de linguagem e teve como primeira função a de ser professora em uma escola de educação especial, voltada especificamente para estudantes surdos. Nessa instituição atuou em

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Grandes Dourados. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da mesma universidade. Membro Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Inclusão (GEPEI/FAED/UFGD), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Escolar Indígena, Interculturalidade e Inclusão (GEPEEIN/UFGD) e compõe a Rede Interinstitucional de Pesquisas em Educação Especial do Campo (CNPq). Dourados/Mato Grosso do Sul/Brasil. Contato: <http://lattes.cnpq.br/3829950305769998> / <https://orcid.org/0000-0003-2723-0861>.

salas de pré-escolar, período em que teve a oportunidade de conhecer crianças surdas que tinham pais surdos, o que segundo ela, mudou muito sua percepção sobre a aquisição de língua de sinais e primeira língua de crianças surdas. As crianças surdas filhas de pais surdos mostraram que possuíam uma forma diferente de aprender e de ser, de se comunicar, e com eles a professora explica que aprendeu a língua de sinais e se tornou fluente nela.

Nos cursos que fez durante sua formação para ser professora, o ensino de língua de sinais estava restrito aos manuais, alfabetos e palavras soltas e descontextualizadas, e, com as crianças, percebeu a língua em uso cotidiano e as diferenças na comunicação em língua sinais. Os pais dessas crianças não foram escolarizados, alguns estudaram apenas até o terceiro ano da escola primária, e na maioria das vezes seu ensino havia sido fundamentado na metodologia tradicional oralista, ou seja, adultos surdos que aprenderam a falar algumas palavras em espanhol, mas não possuíam algumas competências na língua como ler e escrever. Isso fez com que a professora tivesse mais vontade de aprender a língua de sinais mexicana para interagir com essas famílias surdas.

A entrevistada conta que estar em contato com essas famílias de surdos, com a comunidade surda, tanto crianças como adultos, a fez desconstruir um primeiro mito que havia aprendido na sua formação com respeito às línguas de sinais; percebeu que essa língua não era apenas uma ferramenta que se utilizava para que as crianças aprendessem o espanhol, diferente disso, era uma língua completa. Observou que havia de se formar de outra maneira, estudando neuropsicologia infantil e também aproximando-se mais das comunidades surdas através de trabalhos com grupos religiosos, como exemplo o da Igreja de San Hipólito, localizada na Cidade do México.

Sua formação em nível de pós-graduação iniciou com o ingresso no mestrado em linguística no Colégio do México e continuou no curso de doutorado na mesma universidade. Teve como orientador de tese o professor linguista Thomas Smith Stark, estudioso das línguas originárias do México e da América Central (como a língua indígena zapoteca) e da língua de sinais americana (LSA). A carreira desse professor voltada para os estudos linguísticos era reconhecida no México. Ele também havia feito alguns estudos sobre a língua de sinais mexicana, mas naquele momento a política adotada pelo país nos anos 1980 não reconhecia a LSM como língua.

A professora Miroslava explica que quando se comunicou com seu orientador pela primeira vez, contou a ele que sabia algo sobre a língua de sinais mexicana, e ele se

interessou em orientar investigações sobre essa língua. Relata que foi um processo complicado pois, no México, naquele momento, nunca haviam investigado a língua de sinais mexicana, e para o orientador também foi um desafio. Havia cursos e oficinas dessa língua, mas ela ainda não fora estudada por linguistas em uma universidade mexicana. Houveram outros investigadores, como Boris Friedman, no entanto esse mexicano estudou a gramática da LSM quando cursou doutorado na universidade de Georgetown, nos Estados Unidos da América (EUA).

O trabalho da professora Miroslava de investigação da LSM rendeu uma tese de doutorado dividida em dois tomos sobre a gramática da língua de sinais mexicana, defendida em dezembro de 2008 no Colégio do México, onde aborda os sistemas linguísticos da LSM. Desse trabalho em diante a professora tornou-se referência no México no que diz respeito à LSM e à educação de pessoas surdas, realizando investigações e cursos de educação especial e de língua de sinais mexicana.

Apesar de um grande conhecimento na área de educação de surdos, a professora reconhece que “nós ouvintes contribuimos, mas são as pessoas surdas, a comunidade surda, quem define quais são as metas e caminhos a seguir com respeito a sua educação e ao que eles necessitam enquanto comunidade linguística”. Para ela, nós investigadores ouvintes podemos outorgar as ferramentas, mas não somos nós quem as definimos especificamente. As políticas linguísticas e educativas são responsabilidade da comunidade surda liderar e defini-las. O que seria muito difícil na visão da professora por conta das questões de marginalização e discriminação que as pessoas surdas vivenciam. Ela conclui sua apresentação afirmando que há uma necessidade de líderes surdos, de pessoas surdas cada vez mais empoderadas, de organismos e associações de surdos como a Federação Mexicana de Sordos – FEMESOR, para impulsionar as políticas em outras instâncias, como o reconhecimento oficial da língua de sinais mexicana.

Luciana: Como professora da UAEM, a que temas tem se dedicado nas suas investigações?

Miroslava: Eu gostaria de esclarecer que nos cursos de formação na área da linguística nas universidades do México não haviam disciplinas que abordavam a linguística das línguas de sinais, agora existem alguns. Uma de minhas funções na universidade é ministrar essas classes de língua de sinais e análises gramaticais da língua de sinais mexicana em diferentes universidades: na Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH), na Universidade Autônoma Metropolitana de

Iztapalapa (UAM), em minha universidade, a Universidade Autônoma do Estado de Morelos (UAEM) etc, com o objetivo de difundir esse conhecimento sobre o que são as línguas de sinais, o que é a língua de sinais mexicana, sua gramática. Essa é uma parte muito importante do meu trabalho atual e tem 15 anos que venho discutindo com estudantes de letras, de comunicação, professores de educação especial e etc, sobre as línguas de sinais, comunidades surdas, alunos surdos. Também tenho abordado temas como o modelo bilíngue/bicultural para o atendimento de alunos surdos, para a aquisição da língua de sinais mexicana como primeira língua ou como segunda língua, se pensarmos nos professores ouvintes, intérpretes e etc, acesso a cultura, informação e recreação para as pessoas surdas usuárias da língua de sinais e materiais para divulgar a língua de sinais e outros como contos, pequenas histórias sobre sítios arqueológicos, ou seja, o acesso à cultura mexicana para essas crianças.

Luciana: Você já disse um pouco do início da sua carreira, mas há alguma coisa a mais para dizer sobre suas motivações para o início do trabalho com surdos e para a investigação da língua de sinais mexicana?

Miroslava: Eu creio que um fator pessoal e familiar também motivou esse meu interesse pelo reconhecimento de línguas diferentes. Possuir uma língua diferente (do Espanhol) te coloca em uma situação particular. Minha família paterna é falante de uma língua diferente, e eu, fazendo uma retrospectiva agora, não falava de deslocamento de línguas, de línguas minoritárias, mas sim essa situação curiosa das pessoas de comunidades indígenas que em sua maioria falam um espanhol marcado, um espanhol permeado pela língua indígena e que isso também gera situações como escárnio, desvalorização, burlas com a maneira como falam. As pessoas que falam o espanhol como língua dominante não percebem que essas pessoas indígenas são diferentes, que sua fala tem influência de uma língua minoritária de sua comunidade. Em minha família aconteceu isso, meus avós são falantes da língua zapoteca e o espanhol falado por essa primeira geração, incluindo meus pais, tem algumas marcas de uma língua diferente, e isso fica evidente na escola. Quando você chega à escola se dá conta de que têm uma língua diferente e que o espanhol que você utiliza não é o espanhol que utilizam todos os demais, pois tem algumas marcas diferentes.

Luciana: Essa língua zapoteca é de qual região do México?

Miroslava: De Oaxaca. Devido aos movimentos de migração, há algumas comunidades falantes de zapoteco em Cidade do México. Minha família foi uma delas, que nasceu em Oaxaca mas mudou para a cidade do México. Então, para mim, conviver

com línguas diferentes, ver o que acontece, como os preconceitos, me deu uma certa bagagem. Meu pai foi fisioterapeuta da Escola de Saúde Militar e trabalhava com pessoas com deficiência, com deficiências físicas basicamente. No entanto, quando eu ia com ele em certos finais de semana eu encontrava todas as crianças com deficiências, com Síndrome de Down, crianças surdas, com deficiência intelectual. Eu via um monte de gente diferente e convivi com eles, com pessoas que me maravilhavam, pois utilizavam as mãos para se comunicar, e foi quando pensei pela primeira vez: “eu vou aprender língua de sinais”. Esse sonho ficou guardado por um tempo até que decidi ingressar na licenciatura em educação especial. Nesse período, a língua de sinais não fazia parte do currículo das licenciaturas, havia que estudá-la de forma paralela. E dentro do corpo acadêmico haviam professores que eram de famílias surdas, e eles também tinham uma outra visão sobre os surdos e a língua de sinais. Bom, esses foram fatos que marcaram minha visão e me fez querer trabalhar com pessoas surdas.

Luciana: Para você, qual o maior desafio para o ensino de crianças surdas hoje no México?

Miroslava: Eu acredito que o maior desafio é que nós ainda não conseguimos fazer com que os conhecimentos existentes sobre a língua de sinais e sobre a educação bilíngue, bicultural, intercultural, enfim, estejam inseridos na formação de quem precisa desses conhecimentos. Em primeiro lugar, está a área médica, e depois as famílias de pessoas surdas. Acredito que quando nasce uma criança surda, e a maior parte delas são filhas e filhos de pais ouvintes que na maioria dos casos nunca conviveu com uma pessoa surda, esses pais não se dão conta de como as crianças se desenvolvem, e então são orientadas primeiramente por médicos. Esses por sua vez possuem um enfoque de reabilitação que objetiva conseguir que essa criança se comunique oralmente e aprenda a língua oral, com a recomendação de uso de aparelhos auditivos e de implante coclear, alijando essa família dos conhecimentos sobre a língua de sinais e da comunidade surda. Então, esses pais sem conhecimento obviamente sentem-se apavorados com o que vai acontecer com este filho/a surdo/a que talvez não consiga aprender a língua oral materna, e isso acarreta a perda de anos importantes no desenvolvimento dessa criança. Na fase inicial, tudo estará focado para que ele ou ela aprenda a língua oral e conseqüentemente o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo será deixado de lado. Então, para mim, o grande desafio é influenciar esse setor médico da saúde que atende pessoas surdas e são os primeiros que vão orientar as famílias sobre as possibilidades que existem. Assim, os pais com esse conhecimento podem decidir por outras

alternativas de comunicação e ensino. Eles necessitam de informações para tomar uma decisão racional e adequada para seus filhos. Também um acompanhamento que lhes forneçam informações sobre as comunidades surdas, as possibilidades escolares, surdos adultos que utilizam língua de sinais e são bem-sucedidos na aquisição de línguas, que vão à universidade, que são líderes, professores, ou seja, eles devem saber que existem possibilidades. Porque quando se têm um filho/a surdo/a muitos pais pensam que esses sujeitos nunca se integrarão à comunidade e à escola, nunca serão bem-sucedidos, e assim reproduzindo a ideia de deficiência da pessoa surda, quando sabemos que ela não é “deficiente”, mas sim uma pessoa que se comunica de forma diferente, através de uma língua de sinais. Acredito que seja esse o desafio ainda. A língua de sinais está cada vez mais visível, as pessoas surdas têm mais oportunidades e as questões educativas estão mudando, mas acredito que esse primeiro momento é decisivo e por aí não podemos ainda inserir essas questões.

Luciana: Assim como no Brasil, o México possui uma diversidade de línguas e culturas que convivem em seu território. Como você pensa que podemos contemplar essa diversidade de línguas nas escolas hoje? É possível politicamente e cotidianamente esse ensino aqui no México?

No México há uma tradição de ensino bilíngue para as comunidades indígenas, no entanto esse ensino tem muitas barreiras, nós avançamos e depois retrocedemos, enfim, porque a história da educação para as comunidades indígenas tem toda sua complexidade. Se pensarmos desde a conquista do México pelos colonizadores, vemos que eles decidem impor a língua espanhola para todos os povos. Então, todas as ações geradas a partir da conquista foram no sentido de impor através da evangelização a língua espanhola. Várias comunidades religiosas trataram de aprender a línguas dos indígenas, tornarem-se bilíngues, por isso temos gramáticas de línguas como o purépecha zapoteco, maya, com o objetivo de ensinar o espanhol através dessas línguas para as comunidades e evangeliza-las. Houve acertos e desacertos, como o registro de dados sobre essas línguas. Mas, acontece que as comunidades indígenas resistem mesmo depois de muitos séculos desse processo de colonização, elas ainda preservam seus costumes, línguas e etc. A política de estado, todavia, não tem dado uma resposta adequada, pois, o que vemos é que, depois da colonização e depois da revolução, o México moderno adotou uma política, um ideal de nação, onde o povo mexicano fale uma língua apenas, ou seja, acreditava-se que o México seria uma nação quando todos os cidadãos falassem o espanhol. Isso foi terrível no sentido de que a educação que se

organizava para as comunidades era uma educação em espanhol e onde não se utilizavam as línguas indígenas, inclusive as pessoas eram castigadas por falarem a língua indígena nas escolas. Então temos um bilinguismo que deveria se utilizar da língua indígena para aprender o espanhol, mas possui suas incongruências, como o fato de não existirem professores falantes de todas essas línguas indígenas, e quando falam uma língua indígena (zapoteco, mixteco, tojolabal), ela não é a mesma de seus alunos, ou seja, essa é a política que se está praticando. Enfim, não se pode enviar um professor falante de uma língua indígena diferente das de seus alunos. Então são essas situações anômalas que ocorrem. Eu sempre penso no movimento zapatista que pregava que “nada mais no México sem nós”, estamos falando do ano de 1994, e esse movimento nos mostrava que nós temos esquecido das comunidades indígenas, e essas comunidades denunciam que os estão matando, estão acabando com sua língua. Isso gera uma mudança, pois passamos a pensar o que faremos para preservar sua língua, cultura, história e tradições, e para promover uma educação bilíngue. Por isso me parece muito interessante que, quando acontece o movimento zapatista, aqui na cidade do México, eles dão um lugar para a língua de sinais mexicana, foi impactante. Então quando falavam os indígenas, a comandanta Esher, a comandanta Ramona, o subcomandante Marcos, eles incluem um intérprete de língua de sinais mexicana. Isso foi uma grande mensagem, reconhecer que existem outras línguas, as línguas originárias e as línguas de sinais. Para mim, isso deu visibilidade às pessoas que utilizam outras línguas, e nesse caso, são os surdos, mostraram que não estamos falando de deficiência, mas sim de uma língua diferente. Então o movimento zapatista, para mim, por haver incorporado a língua de sinais mexicana, me pareceu muito sensível e permitiu avanços. Mas, apesar de os movimentos sociais mais combativos e controversos, defenderem a educação das pessoas surdas e questionar como devemos trabalhar, temos o problema que as políticas estatais não definem uma adequada política linguística nem fazem um planejamento educativo, uma política educativa. Esta é a grande complexidade, pois estamos falando de criar materiais educativos em mais de 300 línguas, ou seja, os estados e o país precisam de recursos para formar os professores em todas essas línguas e diversidade linguística que possuímos. Formar professores, produzir materiais, dicionários, enfim, tratar de fazer tudo isso. Acredito que é isso o que falta fazer. Foi criado o Instituto Nacional de Línguas Indígenas, o INALI, e ele tem reunido informações e está produzindo materiais e isso é muito importante. Também temos uma Direção de Educação Indígena, mas essas instituições não se vinculam, são esforços

separados e independentes um do outro. Houve uma proposta de Boris Fridman, investigador de língua de sinais mexicana, de investigar e executar a educação de surdos de uma forma intersetorial e bilíngue dentro da educação indígena em comunidades falantes de línguas minoritárias, mas isso não aconteceu, ele não conseguiu desenvolver sua proposta e eu desconheço a razão, teria sido muito interessante se ele tivesse desenvolvido essa proposta. Isso também nos leva a outro conflito, os surdos urbanos versus os surdos das comunidades rurais indígenas. Temos muitas barreiras e estamos pensando também o que se passa nessas comunidades.

Luciana: Essa questão é relacionada a minha seguinte pergunta: em relação aos estudantes surdos de etnias indígenas no México, que utilizam uma língua de sinais diferente como no caso do povo de Chicán em Yucatán, o que você acha do ensino ofertado a eles? É possível manter e utilizar essas línguas maternas na escola? Como você vê a situação desses surdos?

Miroslava: Temos que seguir pensando o que acontece nas comunidades indígenas e o que acontece nas comunidades de surdos. As comunidades indígenas, passaram por processos de deslocamento de suas línguas como consequência de uma educação voltada para a aprendizagem do espanhol, e o desuso/esquecimento da sua língua materna, para supostamente ter acesso à cultura, à escola, à educação, à saúde, enfim... E hoje muitos jovens não permanecem nessas comunidades, eles saem em busca de trabalho em outros estados ou países, pois a situação econômica é muito precária. Os que permanecem são os adultos, avós etc. Aí percebemos um problema de transmissão da língua, pois como ela será preservada se as novas gerações não vivem mais nesses territórios? O que fica subentendido para eles (jovens) é que a língua materna, os conhecimentos e a cultura do seu povo não os permite conquistar uma melhor qualidade de vida, por isso decidem deixar essas comunidades. Quanto aos surdos, bem, é interessante que em algumas comunidades indígenas possuem uma primeira geração de surdos as vezes uma segunda geração. Estamos falando de línguas de sinais emergentes, que estão sendo construídas e passam por questões relacionadas à vida cotidiana, etc, e não se tem documentado nada mais. Todavia, o caso de Chicán é extraordinário, pois é uma língua que já possui ao menos 50 anos, e tem sido estudada e documentada por alguns linguistas como Hubert Smith, Robert Johnson, desde os anos 1970 para cá. Nessa comunidade também existe um número expressivo de pessoas surdas, e por isso a comunidade Maya de Chicán assume essa língua como sua, ela faz parte do cotidiano de Chicán e é transmitida de geração à geração. Em outras

comunidades indígenas existem 1, 2 ou 3 surdos isolados, não utilizam uma língua, e utilizam muitas vezes sinais caseiros que devem ser estudados também, para sabermos como eles categorizam o mundo. Estamos em um momento de revalorizar esses sinais caseiros, para entendermos como essas pessoas categorizam o mundo e que coisas chamam a atenção desses sujeitos surdos e da comunidade. Então, quando pensamos no que vai acontecer com as línguas maternas, por um lado, no caso das línguas indígenas, esperamos que haja mais revitalização dessas línguas, que possam ser utilizadas nos espaços públicos, que as línguas originárias sejam também a língua da escola, não apenas o espanhol, que tenha o mesmo status, reconhecidas como línguas de conhecimentos da história, dos costumes, da tradição dessas comunidades. No caso da comunidade surda, penso que não se deve impor a língua de sinais mexicana, que se permita a construção e a gênese dessas línguas de sinais das comunidades, porque me parece que se estaria perdendo uma oportunidade importante de essa comunidade de surdos ter e manter uma língua própria. Se dizemos que a língua de sinais não é universal, que cada comunidade surda tem sua língua, então a das comunidades indígenas também deve ser respeitada com suas particularidades. Sabemos que estamos dentro de estruturas de poder, e a língua de sinais mexicana é a língua institucionalizada, conhecida, os professores estão aprendendo essa língua e seguramente vão para as escolas rurais indígenas e vão utilizar e ensinar essa língua aos povos, e essa geração de pessoas surdas vai aprender uma língua majoritária que foi imposta. Então acredito que esse é o grande perigo que estamos enfrentando.

Luciana: Você conhece investigações e publicações do Brasil e de outros países latino-americanos sobre as línguas de sinais indígenas? O que você critica/analisa dessas investigações? É possível estabelecer um diálogo?

Miroslava: Nós, os investigadores de língua de sinais e da educação de surdos também não temos nossa língua materna reconhecida cientificamente; ou seja, estamos obrigados a utilizar o inglês para podermos divulgar nossos estudos e eles serem avaliados e reconhecidos. Aí vemos que também há uma língua de colonização, ou seja, utilizamos essa língua ou os estudos não serão divulgados, e isso me parece muito grave. Eu tenho tido a oportunidade de ler textos em revistas internacionais sobre as investigações das línguas de sinais e parece que na América Latina não fazemos nada. Se não temos artigos em inglês não podemos publicar e sermos reconhecidos nas grandes bases de dados. Vejo nessas revistas textos sobre as línguas de sinais indígenas escritos na Ásia, na África, pois eles escrevem e divulgam em inglês. Mas acredito que a

América latina deve se focar nos estudos de suas línguas, com suas próprias línguas, em espanhol, em português, e reconhecermos o que nós estamos fazendo e empoderar o que estamos fazendo, utilizando nossas línguas para divulgação. Essa seria como a nossa primeira grande revolução, ou seja, dizer que nós vamos publicar em nossa própria língua. Os estudos que conheço, um de 2012, do Ulrike Zeshan, escreveu sobre essas línguas de sinais emergentes rurais, me pareceu muito interessante o que fazem na África e na Ásia e outras regiões, e vemos justo o mesmo fenômeno que estamos vendo aqui na América latina. Estas comunidades muito pequenas, que possuem uma primeira geração de surdos, e a chegada de uma língua dominante, assim como as discussões sobre o multilinguismo. Na Índia também existem muitas línguas, eles são multilíngues e ainda têm as pessoas surdas e suas línguas de sinais. Isso me parece muito interessante porque compartilhamos o mesmo panorama, o de comunidades pequenas com uma língua minoritária e sua relação complexa com as outras línguas. Também é interessante que se está produzindo um processo interessante onde nas comunidades indígenas as pessoas vêem o investigador com desconfiança, o que me leva a pensar que temos uma responsabilidade com eles, não apenas ir e levantar dados, mas o que podemos fazer em conjunto com essas comunidades, a longo prazo. Temos que discutir, pois antes não se discutia sobre isso, os investigadores iam às comunidades, registravam e depois voltavam para suas instituições, não havia uma reciprocidade. Em 2014 inicia um movimento chamado investigações “deaf friendly”, que prega que devemos ser empáticos com as comunidades e fazer projetos para a comunidade, voltando-se a ela, ou ao menos os informando sobre essas investigações. Uma grande parte dessas comunidades vivem em condições muito precárias, e devemos questionar como podemos fazer para apoiá-las. No caso da América latina, a ponta de lança é o Brasil, se pensarmos no trabalho de Lucinda Ferreira que investigou a língua de sinais utilizada por indígenas Urubus-Kaapor e apontou a diferença em relação a língua dos surdos urbanos. Este foi um primeiro trabalho e infelizmente poucas pessoas o conhecem. Eu penso que estamos em uma situação de desvantagem com a língua, se não publicamos em inglês ninguém vai ler. Um exemplo é que Lucinda começou seu trabalho antes de Ulrike Zeshan, mas nós conhecemos mas o dele por ter sido divulgado nos periódicos em inglês. Também é certo que sabemos muito de poucas línguas de sinais, e estas línguas já conhecidas provêm de países mais desenvolvidos, com uma grande economia que destina recursos para as pesquisas. Infelizmente não é o caso dos países da América latina, que a maioria está se desenvolvendo e possuem uma economia precária. Nós,

investigadores seguimos nadando contra a corrente, fazendo investigações e publicações com os recursos que temos disponíveis, sem apoio estatal, vamos fazendo o que pode ser feito com os recursos que temos. Então falar de reconhecimento, sei dos estudos do Brasil e de estudos sobre as línguas de sinais da Nicarágua, este segundo por um pesquisador chamado Judy Kegel, depois da vitória da revolução sandinista em 1983. É um estudo impressionante pois vemos a gênese da língua de sinais da Nicarágua. Tem uma base na língua de sinais americana utilizada por professores que chegam ao país e entram em contato com comunidades surdas que vinham do interior do país para a capital, com o objetivo de estudar na escola para surdos. Mas em geral, pouco sabemos sobre as línguas de sinais desta parte do continente. Sabemos da língua de sinais brasileira, da língua de sinais argentina, da língua de sinais do Chile, mas não sabemos da língua de sinais da Bolívia, qual é utilizada, do Panamá... não sabemos muito do que passa nesses países. E agora, falar das línguas de sinais indígenas é muito difícil pois nem sabemos sobre as línguas de sinais dominantes dos países. As investigações são incipientes e escassas e teríamos que promover maiores investigações sobre isso. Isto também nos leva a pensar a educação, a interpretação, mas não sabemos por onde começar por não temos maiores informações sobre essas línguas indígenas. No México, temos os trabalhos de Hubert Smith, Robert Johnson, atualmente Oliver LeGuen, que estudaram a língua de sinais maia, mas não sabemos das outras línguas de sinais. Haviland (John Beard Haviland) é um investigador que começou a estudar a língua de sinais da comunidade de Tzotzil; essa comunidade estava construindo uma língua de sinais rural utilizada por crianças surdas. Essas são as investigações que conhecemos, mas não sabemos de todas as comunidades, apenas informações superficiais de boca a boca que vamos repassando, como na comunidade e Purépecha, ou de Chatino, que dizem que existem surdos que estão construindo uma língua. Sabemos muito pouco sobre certas línguas que estão investigando. O destino é incerto e as pesquisas dependem dos recursos. Essas investigações que estão sendo empreendidas não são feitas por pesquisadores do país. Nós, pesquisadores mexicanos e estudantes de linguística, não temos acesso fácil a estas investigações. Ou seja, nós teríamos que pagar para ter acesso a esses estudos, porque não estão disponíveis para todos que queiram conhecê-las e/ou estão se formando. Há um repositório de artigos nacionais que é público, mas não temos acesso a investigações desenvolvidas em outras universidades e países.

Luciana: Bom, chegando ao fim e para concluir nossa conversa, há mais algum apontamento que você deseja fazer e que a entrevistadora ainda não pontuou?

Miroslava: Temos uma situação particular no caso de México e Brasil, pois em geral temos uma origem em comum das nossas línguas de sinais, com o professor Huet que sabia a língua de sinais francesa e veio para a América fundar o instituto para surdos no Brasil (Instituto Nacional de Educação de Surdos) e aqui no México a Escuela Nacional de Sordosmudos (encerrou suas atividades na segunda metade do século XX), então temos um fundador em comum. Parece-me que algumas histórias se entrelaçam e é interessante saber o que acontece com a história nesses dois países. Acredito que o Brasil é um gigante, não só geograficamente, mas também no que diz respeito ao estudo das línguas de sinais, não somente da Libras, mas também das línguas de sinais indígenas, dos estudos sobre interpretação e formação de professores surdos e ouvintes, e por isso gostaria de estabelecer um vínculo, um intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre esses temas. Nós compartilhamos a diversidade linguística e acredito que isso também nos aproxima, pois estamos tentando saber que política linguística e que política educativa tem funcionado e o que não tem funcionado nesses países, e para onde podemos dirigir nossos esforços. Já não é possível pensar em esforços isolados, porque o problema e a complexidade do tema são grandes, e pesquisas isoladas talvez não nos trará algo sólido e consistente. Por isso agradeço o convite. Nós não temos medo do Português, e sei que tampouco os brasileiros têm medo do espanhol, por isso é possível haver relações de contribuições. Também precisamos formar líderes surdos e fortalecer esses estudos para que eles também realizem essas investigações e propostas sobre sua língua e educação.